

## ÁFRICA PÓS-1970: DO TERCEIRO MUNDO ÀS PROPOSTAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL

Por Larissa Oliveira e Gabarra[i]



**Resumo:** Este artigo se propõe a fazer uma breve explanação, baseada em leituras bibliográficas, sobre a situação da África no contexto histórico mundial do pós 1970: a Guerra Fria e o neoliberalismo. Pretende entender as medidas econômicas tomadas pelos países africanos pós-independência no quadro das pressões internacionais, seja do alinhamento com um dos blocos, socialista ou capitalista, seja com o FMI e o Banco Mundial, na década de 1980. Não se espera dar conta das especificidades de cada país ou povo, mas sim de poder compreender de maneira geral como a África sai de um período colonial para ocupar um lugar no Terceiro Mundo. Por último, pensar as relações constituídas entre a África e os outros continentes, especialmente as possibilidades de desenvolvimento mútuo entre Brasil e os países de língua portuguesa (Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo-Verde).

**Palavras-chaves:** África, Guerra Fria, Neoliberalismo, CPLP.

**Résumé:** Cet article propose de faire une brève explication, basé sur la lecture de la littérature, sur la situation politique de l'Afrique dans l'histoire du monde l'après 1970: la guerre froide et le néolibéralisme. On veut comprendre les mesures économiques prises par la courrier-indépendance de pays africains dans le cadre de la pression internationale, ce de l'alignement avec un des blocs, socialiste ou le capitaliste, ce du FMI et de la banque mondiale, pendant les années 1980. On ne s'attend pas à exposer des spécificités de chaque pays, mais on veut comprendre en général comment l'Afrique sort d'un moment de colonisation pour occuper un endroit dans le tiers monde. En conclusion, pensant les relations établies entre l'Afrique et d'autres continents, particulièrement les possibilités de développement mutuel entre le Brésil et les pays de langue portugaise (Guinée-Bissau, Angola, Mozambique, São Tomé e Príncipe et Cap Vert).

**Mots-clés:** L'Afrique, Guerre Froide, Néolibéralisme, CPLP.

Quando se pensa em Guerra Fria, a imagem que se vê é de um mundo polarizado em dois blocos, capitalista, representado pelos EUA e socialista, pela antiga URSS. A disputa bélica entre as duas potências se apresentava principalmente a partir de finais de 1970, através de um embate em que eles eram intermediários de uma guerra em território alheio, como no caso do Afeganistão e Angola.

Cabe ressaltar que nenhuma das ideologias é constituída por conceitos fixos e únicos, nem tão pouco, correspondem a práticas homogêneas e hegemônicas. Muitos adeptos do socialismo não estavam de acordo com as formulações leninistas, mas entendiam a divisão do fruto do trabalho em partes iguais entre os trabalhadores e patrões como base para uma sociedade mais justa. Mesmo sem uma classe operária forte e volumosa, muitos líderes africanos do movimento de luta pela independência acreditavam nessa teoria, além do apoio que tiveram dos sindicatos negros após 2º Guerra Mundial, também familiarizados com o discurso do socialismo.

Segundo Yves Benot, até a 2ºGM, o discurso do pan-africanismo motivava as independências, após a 2ºGM foi o do nacionalismo que balizou as guerras e os acordos pelas autogestões (BENOT, 1980) das ex-colônias. Nesse contexto, os discursos socialista ou capitalista configuraram os novos Estados nação. No caso do capitalismo, muitos líderes preferiram manter relações bastante próximas com suas antigas metrópoles como Houphoeut-Boigny da Costa do Marfim, ou relações diretas com o EUA no caso de Jan Christiaan Smuts da União Sul-Africana na África do Sul, ou ainda de Mobuto Sese Seko, presidente do Zaire (atual República Democrática do Congo), depois do assassinato de Patrice Lumumba (primeiro ministro, que assumiu a gestão do país logo após a independência da Bélgica).

Como Patrice Lumumba, outros líderes africanos formaram os movimentos pela libertação discutindo os conceitos e práticas do socialismo, alguns governaram até início dos anos 80 com esse discurso. Entre eles pode-se destacar Julius Kambarage Nyerere da Tanzânia e Kwane Nkrumah do Gana, o último sofreu um golpe de Estado e morreu exilado na Guiné em 1972. Ambos defendiam um socialismo africano, não marxista-leninista, mas lutavam pelo encontro da modernidade e do homem africano pré-colonial, que teria o socialismo como raiz cultural (BENOT, 1980). Para eles o africano antes da colonização era um homem comunitário por meio da prática de suas

próprias tradições e por isso estavam predispostos ao comunismo, porém da maneira africana.

Samora Machel, junto com Eduardo Mondlane da Frente de Libertação de Moçambique – Frelimo e Agostinho Neto do Movimento Popular pela Libertação de Angola – MPLA também pensavam o governo de seus países a partir do socialismo. Nesse caso, entendiam que era necessário o nascer um novo homem, completamente renovado. Um homem sem o obscurantismo da colonização, mas também sem as superstições do africano antes da colonização. A Frelimo poderia dizer de uma forma aproximativa, pensava no homem marxista leninista (LAZAGNA; LÖWY; CAHEN, 2008).

A polarização do continente africano nos dois blocos não foi rígida como poderia supor. Primeiramente, o quadro, tanto de proletariado, como de burguesia era muito fraco e criava um campo de debate em que as diferenças ideológicas enfrentavam ou associavam-se a propostas de práticas políticas propriamente africanas. O poder local dos chefes tradicionais gerava uma perspectiva diferenciada de experiência política e que não podia ser descartada nas circunstâncias vividas por cada povo diante do quadro político internacional (LOURENÇO, 2007). Em segundo lugar, a influência das antigas metrópoles também contava como uma espécie de terceiro poder nessa disputa de potências econômicas. No entanto, a África, especificamente Angola foi um dos palcos mais quentes da Guerra Fria.

### **África na Guerra Fria**

Após a 2ª Guerra Mundial, a circulação da ideologia socialista na África existiu em grande escala. E conseqüentemente, a aproximação dos movimentos de independência das colônias africanas das teorias socialistas ficou evidente, mas a divisão política da África pelos blocos, capitalista e socialista, só ocorreu por volta dos anos 70 do século XX.

Nas décadas de 50 e 60, o alinhamento dos novos Estados nação africanos não era manifesto. No caso da URSS, ela não se sentia segura com seus agentes africanos, porque desconfiava, e, de certa forma tinha razão, de que a questão da dignidade negra

para eles era mais urgente que a questão proletária e os movimentos socialistas no mundo. A importância para esses últimos da auto-gestão passava pela questão da valorização do homem negro. Para a URSS, o racismo era um problema a ser resolvido pós-revolução. A prioridade dada pelos africanos para os movimentos antirraciais era um fator desanimador para a URSS, que não se garantia na África, e acabava não vendo com bons olhos uma investida no continente logo após a 2ª Guerra Mundial.

Segundo Jean Ziegler, a terceira internacional esclareceu as diferentes motivações dos africanos em se aliarem ao bloco socialista. Apesar das inúmeras afinidades com a questão social, o racismo dava cor a luta de classe (ZIEGLER, 1972).

A opressão do mais forte sob o mais fraco inegavelmente fazia dos africanos alvos prósperos para a difusão e cooptação de membros para a Revolução. No entanto, o colonialismo para os socialistas leninistas era apenas um epifenômeno que acabaria junto com o fim do capitalismo. Mas os africanos estavam impacientes pelo fim da dominação europeia e colocavam seus objetivos na frente do próprio movimento Revolucionário. Stalin preferiu, pois, não desencadear a luta armada na África, mas utiliza-se de muitos africanos para ocupar quadros na União Soviética, principalmente, na China, como foi o caso de George Padmore ou Max Yergan.

Por outro lado, os EUA tinham acordos importantes com a OTAN, em que a primazia em manter uma boa relação com as ex-metrópoles, colocava-o em uma situação escorregadia para se posicionar a favor das independências africanas.

Depois da independência da Indonésia, quando da Conferência de Bandung em 1955, os países membros declararam o não alinhamento. No contexto mundial do fim da 2ª Guerra Mundial e fortalecimento das potências, URSS e EUA/Europa, muitos países da Ásia (Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Laos, Líbano, Ceilão), Oriente (China, Filipinas, Japão, Índia, Paquistão, Turquia, Síria, Israel) e África (Líbia, Libéria, Egito e Etiópia) se colocavam contra a colonização e a neocolonização por parte dos dois blocos. Formulou-se, assim, a concepção terceiro mundista, baseada na ideia de que o mundo estava dividido em países do norte ricos e países do sul pobres, que foi importante para o fortalecimento dos movimentos de independência.

Na corrente proposta por Nehru (o Estadista indiano mais velho que participou da Conferência de Bandung), em 1958, Nkrumah, do Gana, convoca a conferência dos Estados e dos Povos africanos, junto com a Conferência de Addis Abeba, Etiópia, em 1963, foram o prelúdio da criação a OUA (Organização da Unidade Africana). Entre os anos de 1958 e 1963, várias foram as conferências em que se discutiam as fronteiras coloniais e o aprofundamento das relações regionais entre os povos ou dos Estados já constituídos na África a partir das colônias. Duas conferências em especial marcaram certa polarização entre ex-colônias e os movimentos de libertação maximalistas (em prol da unificação africana) e minimalistas (em prol a manutenção das fronteiras colônias), como também capitalistas e socialistas. Uma em Monróvia (Libéria), que marcou a formação do grupo Brazzaville, agrupando 20 países, liderada pela Costa do Marfim e Senegal, que eram considerados moderados, contrários à unificação africana e simpatizantes do capitalismo. Outra, a Conferência de Casablanca (Marrocos), reuniu Gana, Mali, Guine-Cronakry, República Árabe Unida (Egito), Marrocos, Front de Liberation Nationale da Argélia e o MPLA de Angola, que queriam a unificação da África, o fim da colonização e, ao contrario dos primeiros, eram simpatizantes do socialismo. Essa polarização acabou sucumbindo a ideia de unificação dos países africanos, apesar da criação da OUA. Decidiu-se pelas fronteiras coloniais e o aprofundamento das relações de Estados constituídos. Pós 1963, a homogeneidade da luta africana era dada pelo viés de erradicação da colonização no continente.

Nem a Inglaterra, nem a França, apesar de fazerem parte do nomeado Primeiro Mundo, não deixaram os EUA se tornarem os principais interventores e parceiros comerciais de suas ex-colônias. Mesmo independentes, as ex-colônias ainda eram a principal fonte de recursos naturais, alimentos entre outros produtos de exportação. Inclusive quando necessário, as duas potências estavam prontas para intervenções militares. A participação dos EUA na África se dava através dos setores econômicos como a exploração de petróleo em Angola e na Nigéria; apesar das diretrizes políticas, no caso da Nigéria, serem dadas pela sua inserção na Commonwealth desde sua independência em 1960; e, no caso de Angola pelo MPLA, oficialmente socialista.

De qualquer forma, mesmo que frágil, antes dos anos 70, a representação da bipolaridade do mundo na África era possível de ser identificado. Nesse primeiro período de Guerra Fria, as intervenções socialistas e capitalistas foram mais ostensivas

na Ásia do que na África. Alguns territórios eram mais vulneráveis por inúmeros fatores geo-históricos próprios das regiões. Apesar do terreno escorregadio para os EUA e da falta de interesse da URSS, era possível verificar o congelamento das posições de domínio das duas potências em regiões específicas, como Angola, Moçambique e África do Sul, Etiópia, Somália. Nessas duas regiões, Chifre da África e da África Austral, o quadro político de alinhamento frágil se modifica a partir dos anos 1970.

O Chifre da África por sua localização estratégica, ao ligar o Oceano Índico com o Mar Vermelho, dá acesso a todo oriente médio e a Europa Ocidental. Segundo Virgílio Carvalho, inicialmente a Somália foi o país de maior interesse da URSS. Depois do Pacto de Varsóvia, os EUA colocaram uma base de submarinos nucleares (SSBN) no Índico pouco abaixo da Arábia Saudita de propulsão nuclear que alcançasse as grandes cidades dos países alinhados a Moscou. Em contrapartida, a URSS fez uma aliança com o ditador Siade Barre, construindo o porto de Berbera (uma base área de mesma propulsão). Enquanto os submarinos norte-americanos se deslocavam para o sul, a URSS se interessava pela Etiópia, onde, o apoio ao golpe militar marxista de 1974, que afastou o imperador Hailé Selassié do poder, permitiu que a URSS mantivesse suas bases nucleares ao alcance da destruição das bases do EUA (CARVALHO, 1993).

A África Austral estava exposta às rajadas de ira das duas potências por outros motivos. A especificidade histórica da África do Sul, que nesse momento já havia consolidado as bases do Apartheid (desde a formulação das reservas indígenas em 1913 com o *Native Land Act* e a sua codificação em 1948 com a tomada de poder do Partido Nacionalista) e procurava desenvolver a indústria incipiente, com uma política de certa forma independente da Inglaterra, possibilitou o forte apoio financeiro e bélico dos EUA (PEREIRA, 1978; LUKELE, 1978). Vorster, primeiro-ministro, em 1974 diz ao referir-se aos países africanos “queremos ser amigos, mas terão que nos aceitar como somos”, ou seja, com sua política segregacionista (PEREIRA, 1978). Com esse discurso a ação da África do Sul na África Austral foi impar, servindo de ponto de apoio ao bloco capitalista.

O Apartheid era criticado a nível mundial. Com as independências de Angola e Moçambique e conseqüentemente com a perda da parceria com os portugueses, a África do Sul fica com certo receio diante dos movimentos antirracistas. Mas, através da ocupação da Namíbia e graças ao apoio da Rodésia (atual Zâmbia), a África do Sul

conseguiu manter sua política de segregação racial e servir de intermediária para os EUA na Guerra Fria, ainda durante as guerras civis nas ex-colônias portuguesas. Dessa forma, consegue apoio da Europa e de Israel contra o comunismo.

Em Moçambique, a URSS estava bastante confortável, já que as ideias da Frelimo estavam em concordância com o marxismo-leninismo. Foi a África do Sul, que dois depois da independência de Moçambique, em resposta a nova situação apoiou o movimento da Resistência Nacional Moçambicana – RENAMO, liderado por Afonso Dhlakama, contra o marxismo da Frelimo, gerando uma guerra civil. A guerra civil acabou em 1992, pouco depois da suspeita morte de Samora Machel.

Em Angola existia as duas posições internamente bastante definidas. O MPLA diferente da Frelimo não dava tanta confiança à URSS, mas de qualquer forma, recebia seu apoio (TAHRI, 2006). Os movimentos opositores ao MPLA, a União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA e também Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA, tinham ajuda dos EUA, através da África do Sul e do Zaire do ditador Mobutu, respectivamente. A disputa entre os blocos foi marcada por apenas dois dos movimentos: MPLA e UNITA; a FMLA perdeu apoio logo nos primeiros anos de guerra civil e seus membros se associaram a UNITA. É interessante apontar que Angola diferente da maioria dos países africanos no momento de libertação não tinha apenas um partido configurado para assumir a autodeterminação, tinha três. Em 1975, os três movimentos de libertação por Angola formaram um Governo Transitório fracassado, pois levaria a guerra civil. O acordo de Alvor entre os três, assinado ainda sob à custódia dos portugueses não foi cumprido e o seguinte em Nakuru, no Quênia, tão pouco.

Segundo Douglas Wheeler, cerca 290 mil portugueses e descendentes abandonaram Angola entre 1974-76 (WHELLER, 2009). Depois de 13 anos de guerra pela independência (1961-1974), houve mais 28 anos de guerra civil (1975-2002), dos quais 16 (1975-1991) foram fomentadas pela Guerra Fria e os outros 14 pelo comércio de petróleo e diamante.

## África na globalização neoliberal

Angola é um caso especial para pensar o contexto internacional do início dos anos 90 quando com o fim da Guerra Fria, o mundo teve que se adequar às diretrizes do neoliberalismo. Em meio uma guerra civil (1975-2002), iniciada por questões ideológicas, o próprio governo socialista do MPLA caminha no sentido de uma economia neoliberal. Além de ter sido o grande palco quente da Guerra Fria (tanto quanto o Afeganistão), os acordos de paz em Angola se dão em momentos importantes para entender o próprio desfecho do neoliberalismo na África.

A 1ª guerra civil angolana foi 1975 a 1992, foi uma disputa dita ideológica, que dividiu o Estado em duas maneiras de se governar e fazer acordos econômicos. O MPLA era constituído por negros na maioria kimbundo e uma minoria crioulos, apoiado pela URSS, através das tropas cubanas. A UNITA, por sua vez, com o apoio dos EUA, via África do Sul era, segundo Christiane Messiant, constituída por protestantes, negros, urbanos, ligados ao comércio (MESSIANT, 2008.). Apesar das diferenças étnicas e raciais existentes nas relações de solidariedade que distinguem uma facção da outra, outros elementos podem ser adicionados nesse quadro, como a religião e o parentesco, segundo estudos mais recentes de Marcelo Bittencourt (BITTENCOURT, 2000). No entanto, a difusão da idéia de guerra étnica foi amplamente divulgada pelo Departamento de Estado norte-americano, como justificativa para todas as guerras civis em África.

Entendendo que todos esses elementos são importantes para a configuração das identidades dos diferentes movimentos de guerrilha, esse primeiro momento da guerra civil em Angola, de qualquer forma, representa um típico quadro de Guerra Fria, onde se tem as posições congeladas nos dois pólos opostos e nenhum dos grandes blocos intervém diretamente, utilizam-se de intermediários. No caso da URSS, os cubanos, e no caso dos EUA, os sul-africanos, através do deserto da Namíbia. Reagan denominava a UNITA como uma de seus Freedom Fighters, ou seja, grupos de suporte norte-americano.

Com o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim, em 1989, a URSS sai de cena. Mas os EUA se mantêm na África como parceiro econômico principalmente na exploração de Petróleo. Na década de 80, o governo de Angola – MPLA em Luanda

decidiu abandonar as políticas marxistas-leninistas. O MPLA utilizou do discurso de que a política socialista estava pressionando os camponeses e sob o risco de perdê-los para a UNITA, inicia um caminho de livre mercado.

Segundo Douglas Wheeler, após cinco anos de política de livre mercado, as forças guerrilheiras estavam sofrendo alterações. A batalha de Cuito Cuanavale, que durou quinze horas, foi decisiva, em 1988. As forças cubanas venceram as forças sul-africanas. O caminho se abriu para a negociação das quatro potências (URSS, EUA, África do Sul e Cuba). Seguiram-se os acordos UNAVEM I (1989), UNAVEM II (1992) e UNAVEM III (1994), apenas no terceiro foi possível vislumbrar um caminho para a paz, que só chegaria mesmo com a morte de Savimbi em 2002 (WHELLER, 2009).

É preciso ressaltar a virada do MPLA na década de 80 para uma política de livre comércio. Segundo Giovanni Arrighi, a crise econômica e a miséria verificada na África a partir de 80 começaram ainda no período da Guerra Fria. O escândalo de baixo crescimento anual, calculado sob dez anos de 1963/73 de 6,7% para 0,4% em 1980/87 pode ser confirmado com os números de renda per-capita coletados em 1999 comparados com os de 1975. Em 1975 a renda per-capita na África subsaariana era de 17,6 e em 1999 era de 10,5: a queda aparece gradativa; a esperança de vida de 49 anos passa para 34. Em 1999 a mortalidade infantil é de 107 em mil e 9% da população de 15 a 40 anos vive com HVI (ARRIGUI, 2007).

A principal causa dessa crise, nas palavras de Arrighi, foi a virada do fluxo de capital norte-sul em direção aos EUA, e a complacência dos países africanos com o Conselho de Washington (ARRIGUI, 2007, p.5). Na década de 1980, Jose Eduardo dos Santos, então presidente do partido e de Angola, optou pelo livre comércio, seguindo a ofensiva do Banco Mundial e do FMI. Conforme o documento redigidos pelo Banco Mundial, de 1981, conhecido como os informes de Berg, os africanos governaram mal seus Estados pós-independências. Para eles, os governos africanos haviam sido protecionistas demais, sobrevalorizado suas moedas. Os africanos por sua vez baseavam-se em um plano de crescimento inspirado no keynesiano de acumulação do capital sob a substituição de importação, orientado para um mercado interno com forte intervenção estatal e continuaram a depender da exportação de matéria prima.

Para os africanos a crise que começava a se configurar em 1980 era resultado da conjuntura internacional, em que a distância do preço da matéria prima e do produto industrializado cresceu significativamente, mantendo a balança comercial dos países africanos, cada vez mais desfavorável. O que significou um aumento das taxas de juro da dívida externa.

A crise global dos fins de 1970 foi causada pela falta de legitimidade política e rentabilidade econômica que a potência, até então hegemônica, o EUA passava. A crise de rentabilidade se deu por causa da competitividade das empresas dos países potências que se expandiram entre 50 e 60. Com a expansão intensificou a procura por recursos cada vez mais escassos, tanto humanos, quanto naturais; e, conseqüentemente um aumento no custo da produção e diminuição do lucro. No caso dos EUA, a legitimação de suas empresas em concorrência com as empresas europeias também entrou em colapso por causa das coerções estadunidense para coibir as idéias comunistas no mundo (guerra do Vietnã, descolonização portuguesa, guerra de Israel em 1973, entrada da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas). As guerras ideológicas desgastou a imagem estadunidense no mundo.

Na década de 70, a primeira resposta às pressões das potências econômicas do Terceiro Mundo foi de crescimento, pois conseguiram se ajustar a situação do mercado internacional, mediante cortes sociais para o desenvolvimento industrial e urbanização. Porém não tiveram tempo de compartilhar os benefícios econômicos que esperavam colher antes do aprofundamento da crise social. Essa fórmula para os países africanos, sem quadro de proletariado e de burguesia sólida se configurou num desastre. Por isso é possível concordar com Jean François Bayart que o desenvolvimento econômico que a África descolonizada optou por fazer em meados de 60 foi perverso ao fim dos anos 70. O crescimento econômico foi muito pouco duradouro, pois o consumo excessivo de produtos de luxo, combinado com a restrição da produção agrícola e do mercado domésticos levou a uma década ou duas no máximo de aumento para em seguida entrar em estagnação. Dos países que iniciaram o crescimento em 60, salvo Quênia, em 1979 já haviam estagnado. Alguns países começaram um crescimento em 1980 e em 1989 estavam com suas economias congeladas, como Moçambique, Gana e Uganda. Em resposta à questão de rentabilidade, criaram uma oferta monetária, impostos mais baixos e liberdade de ação irrestrita das empresas. Começou a financiar o déficit comercial do

país e a colocar em sua própria conta corrente a folha de pagamento. Dessa forma, os EUA passaram de financiador a credor. Invertendo o fluxo norte-sul. Assim, aumentou a demanda pelas importações de produtos que não achavam vantajosos produzir no país. Ásia estava pronta para ocupar esse mercado, enquanto a África e a América Latina iriam competir com os EUA pela entrada de capital no país. Para Fernando Padovani, houve imediatamente, uma diminuição dos parceiros comerciais com a África, principalmente, oriundos da Europa.

Os chefes de estado da OUA se encontraram em Lagos no mesmo ano de 1980 e tiraram algumas medidas em comum para a superação da crise: cooperação mútua, maior divisão dos recursos e criação de um mercado comum continental - teoria da dependência (ARRIGUI, 2007, p.7). Para Arrighi, de certa forma os africanos estavam certos, mas as pressões da resposta dos EUA a crise mundial de 1970 não deram alternativa aos africanos, se não a de seguirem as diretrizes políticas impostas pelo FMI na década de 1980. Os africanos, apensar de terem tirado essas medidas importantes em Lagos contra a crise de 80, elas nunca chegaram a ser implementadas. A crise se agravou, a seca e fome se alastraram. Em 1986, assinaram o *Programa de Acción de Naciones Unidas para la Recuperación y el Desarrollo Económico de África*, 1986-1990 (UNPAAERD). À medida que os governos iam se enquadrando nas propostas do FMI e no discurso do Banco Mundial, mais distantes ficavam da idéia maximalista de cooperação entre os Estados africanos, aceitando seguir as regras dos bons governos. Esse foi o caso do presidente angolano José Eduardo dos Santos.

Angola não escapou desse quadro geral. Em 1985 acompanhando os outros países que entravam em acordo com o FMI, seguiu a política neoliberal, mesmo em meio uma guerra civil, cujo partido no poder tinha como base ideológica o marxismo. Na sequência dessa acomodação de boa governança – exigências do Conselho de Washington, ocorreu a aceleração da crise. Segundo Padovani, uma verdadeira marginalização dos mercados africanos em relação à conjuntura mundial (PADOVANI, 2000). Enquanto que essa mudança estratégica do primeiro mundo trouxe consequências que beneficiaram a Ásia.

Não é por acaso que em 1989 se inicia as primeiras reuniões de acordo de paz em Angola. A UNAVEM I significava que haveria uma Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola para supervisionar a retirada das forças cubanas. Por outro

lado, diante do quadro de independência da Namíbia, a África do Sul se comprometeria em retirar as forças militares do território angolano.

O acordo só vai ser cumprido em 1991 com a UNAVEM II. E então foram marcadas as eleições para 1992. A campanha para a eleição do MPLA 1992 tinha um discurso neoliberal: dinamizar a economia e privatizar as estatais (BITTENCOURT, 2008.). O MPLA vence, com 49,6% dos votos e Savimbi com 40, 1%. A UNITA não aceita os resultados, acusa o MPLA de falseá-lo. A UNAVEM II não tinha aparato suficiente para concretizar a Missão. Reiniciou-se a guerra.

Mas nesse momento, a transição do período de Guerra Fria para neoliberalismo já havia ocorrido. Em 1994 as Nações Unidas retomaram o contato para deter o conflito. Mas só com a retirada das forças da ONU em 1999 e a ofensiva do MPLA é que a guerra cessou em 2002.

A 2ª guerra civil angolana de 1992 a 2002, não serviu à disputa de ideologias diferentes. Essa foi uma guerra patrocinada pelas minas de diamantes que a UNITA explorava e pelo petróleo, do MPLA, bem como pela luta pelo poder dos líderes dos dois partidos. Essa segunda fase da guerra civil só serviu ao mercado internacional que comprava o petróleo e o diamante a custos do mercado de periferia.

A virada econômica sentida na década de 80, é conhecida como a crise do sistema mundo, o que significa que não só a África foi afetada, mas também e principalmente, todos os países do Terceiro Mundo de maneiras diferentes. Para Manoel Castells, esse momento é sintetizado pela revolução da tecnologia da informação; crise econômica do capitalismo e do estatismo e junto com a conseqüente reestruturação de ambos, o apogeu de movimentos sociais e culturais - direitos humanos, feminismo e ambientalismo (CASTELLS, 1999).

A interação entre esses processos e as reações por eles desencadeadas fez surgir uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede; uma nova economia, a economia informacional/global; e uma nova cultura, a cultura da virtualidade real. Apesar do mundo estar em rede, os países ricos continuam ricos e os pobres continuam pobres. O grande hiato nesse continuo é a China e os tigres asiáticos (LAGERKVIST,

2009). Essa situação é explicada a partir das relações sociais, culturais e históricas que cada país ou continente se encontrava, a partir de meados de 70.

### **Relações históricas sociais e culturais**

Há certo consenso entre os intelectuais especialista em África de que a situação sócio-cultural do continente impede o desenvolvimento de uma economia forte. Segundo, Giovanni Arrighi, não é má governança econômica, como quer o FMI, mas é um resíduo histórico, que pode ser analisado a partir de três fatores: trabalhadores, empresariado e formação econômica e política do Estado.

Para o autor, a mão de obra foi escassa desde o período da exportação (tráfico negreiro), no período colonial, situação se manteve, pois a maioria da população se localizava no campo. O momento colonial marca também uma sociedade, em que os mecanismos de integração do mercado, voltados para a economia mundial, estavam sob o privilégio dos colonizadores. Assim, poucas iniciativas africanas ocorriam em prol uma produção industrial, chegando a serem reprimidas, heranças que marcaram a formação de uma burguesia nacional frágil. E por último, a formação de um Estado Nacional pós-independência que se propunha terminar com a racialização da sociedade civil, com o poder das forças rurais tradicionais e com a desigualdade dos países no mercado internacional (ARRIGHI, 2007). E que, no entanto, conseguiu efetivar apenas a primeira das metas. A China, ao contrário, além da farta mão de obra, tinha um Estado forte desde o século XIX e uma burguesia pronta para investir no exterior, devido ao período pós 2ª Guerra Mundial, em que as empresas nacionais haviam ganhado certa estabilidade. Dessa forma, os Estados africanos não souberam responder com vitalidade a nova política econômica.

A questão da formação dos Estados africanos é onde o conceito de política em África cria aproximações com o sistema político no mundo, seja com os outros continentes do Terceiro Mundo, América Latina e Ásia ou ainda com os do Primeiro Mundo. Os conceitos de República e Democracia são visto a partir da práxis africana e constitui um dos principais desafios para o intelectual hoje compreender a impossibilidade da África se colocar no contexto econômico mundial de forma

equânime. A leitura mais comum sobre a formação dos Estados Nacionais africanos é feita a partir da possibilidade ou impossibilidade diante das inúmeras fronteiras internas, baseadas nas etnias, que extrapolam as fronteiras nacionais.

Para alguns intelectuais, como Michel Cahen, a realidade africana se baseia na convivência das etnias no quadro do Estado (CAHEN, 1994). O que significaria que o maconde de Moçambique se identifica como moçambicano, tanto quanto o maconde da Tanzânia se identifica, como tanzânio. A nação estaria ligada as etnias e não ao Estado. Para o autor, o nacionalismo não é algo que se constrói com o Estado e a qualidade de cidadania africana não é uma atração para que se estimule uma identidade nacional.

Por outro lado, outros autores como Maria da Conceição Neto (NETO, 1997) e René Pelissier (PÉLISSIER, 1975) entendem que as relações étnicas são essenciais na e para a formação do Estado Nacional africano, em alguns momentos criam barreiras, mas não intransponível. Muitos dos partidos que tomaram o poder no momento das independências sugeriram o fim das etnias, foi o caso do MPLA, e de muitos outros países que optaram quase que unanimemente pelo Partido Único.

Essas análises mais recentes e a própria realidade atual da África apresentam um quadro em que discutir democracia e identidade nacional deve ser visto detalhadamente em cada caso e com a profundidade necessária para entender as circunstâncias de cada país. Além de que muitos dos Estados Nacionais africanos veem passando por eleições livres com a participação de vários partidos; e, no entanto, a democracia ainda é muito frágil.

Ao fugir, desse velho paradigma explicativo, Fernando Padovani procura uma explicação para os entraves do desenvolvimento africano nas forças políticas tradicionais rurais, através de uma tendência da economia de se manter sob as formas de propriedade e produção comunais. Segundo Padovani, a falta de possibilidade da África subsaariana entrar de fato para economia mundial é que ela vive uma economia de aldeia, baseada nas suas tradições agrícolas comunitárias. Essa forma de se relacionar com a economia global é pouco elástica, o que prejudica a inserção da África nas relações mundial com equidade, já que não consegue acompanhar as rápidas mudanças do mercado. Ele explica que uma das características fundamentais da economia rural africana é a divisão de renda, entre os bens para exportação e as culturas alimentares

para o consumo local, além de questões sócio culturais como a propriedade de terra coletiva, produção extensiva, com baixa utilização de capital e tecnologia, e gestão e locação de recursos humanos baseada na família extensa (PADOVANI, 2000, p.8).

Outra questão que o autor se coloca sobre a produção agrícola africana é a de gênero. No universo rural das aldeias, sobretudo nos povos da savana islamizados, onde a adesão à cultura monetária é maior, a produção alimentar é responsabilidade das mulheres e aos homens normalmente cabem às questões monetárias, criando um dissenso entre quem produz e quem regula o mercado a nível local. Com as mudanças de mercado e a demanda por novos produtos alimentícios, a balança de poder entre os gêneros tem sofrido ajustes e, de certa forma, abalada a suposta estabilidade econômica (PADOVANI, 2000, p.9).

Em complementariedade com Padovani, Bayart, também pensa as culturas familiares. No entanto, mostra como os jovens andam abandonando as produções agrícolas familiares e, fora da guarda do mais velho, têm buscado alternativas de enriquecimento individual. Segundo o autor, os africanos são mestre em movimentar-se, por uma variedade de motivos: o casamento, a curiosidade da viagem, além da própria articulação do modo de produção, tornando a migração dos jovens uma necessidade estrutural do capitalismo regional. Às vezes a única resposta possível para esses jovens é partir, por causa dos baixos salários no trabalho agrícola, da brutalidade das administrações territoriais, das pressões das facções armadas, que controlam regiões (BAYART, 1999). Segundo o autor, ao que concerne a política e as relações sociais, existe um lugar da desconfiança que ainda é um elemento histórico bastante presente nas sociedades africanas. Dessa forma, e de qualquer jeito, o jovem que migra acaba por minar o espaço cívico, contrariando o processo de acumulação de riqueza e fazendo da depressão um resultado mais fácil que a exploração.

A falta do espaço cívico indicada por Bayart é apenas um elemento que compõe o que ele chama de Estado Criminal ou Política do Ventre. O espaço político africano, nas suas palavras, mais ou menos se distinguiu dos outros campos: religião, economia, família, influência externa. No entanto, esse lugar foi constituído a partir de gêneros discursivos, como leninismo, liberalismo, cristianismo, islamismo e se entrelaçam constituindo uma teia, oriunda da economia predatória do período colonial. Por isso, foi

fácil passar de uma política complementar ao imperialismo para uma política do que ele chama de Ventre.

Na trama política tanto os militares, os civis, ou ainda os funcionários públicos se envolvem na rede de corrupção ou na luta pelo poder, a final não se constituiu uma sociedade hegemônica, tanto os atores de baixo como os de cima sobrevivem através de artimanhas que misturam fatores de tradições africanas com ideais e influências ideológicas ocidentais. O caso da solidariedade voo-terra constituída pela aeronáutica do Zaire é representativo desse universo. A área, antes de uso exclusivo dos militares, foi transformada em uma companhia de transporte aéreo. Com o custo de vida alto em Kinshasa, os responsáveis pelo voo, ao irem para o interior, traziam alimento e os revendiam ao dobro do preço. Porém a situação criou uma desavença com o pessoal que trabalhava com a manutenção dos aviões, pois não viam com bons olhos esse comercio alimentício. A reação foi a de descuidar da sua função, o que causou vários acidentes aéreos. Assim, entraram em acordo, o transporte para o interior se daria também para passageiros e a soma arrecadada dessa linha seria da equipe de manutenção. Assim, resolveram o problema da manutenção dos aviões. Quando os militares, que tinham direito aos voos, procuravam o serviço, não tinham mais lugares e tinham então que pagar por fora para conseguir uma vaga (BAYART, 1999, p.355-356).

Na visão de Bayart, a corrupção, nesse caso, é uma modalidade de luta social para melhor sobrevivência. Isso leva a uma competição explosiva que causa o agravamento das divisões de funcionários privados, civis e militares, habitantes da capital e das regiões periféricas, residentes e exilados, como também entre os grupos étnicos. Situação que fazem de uns e de outros em certo momento cúmplice e em outros, inimigos. A corrupção e a depredação não são exclusivas de uma classe ou outra, são condutas políticas sociais compartilhadas por todos. A maioria das zonas de mineração é responsável por uma larga quantidade de exportação ilegal, a que todos os atores participam, desde a empresa, a autoridade tradicional e as forças da ordem local, além dos próprios trabalhadores.

Outra situação que representa a cultura política africana citada por Bayart é a das eleições no Senegal. O partido deve vender uma quantidade de carnês ao eleitorado. Esse é um momento conflituoso, pois representa a conquista de filiações (BAYART, 1999, p.348-349). A coerção continua sendo utilizada, mas não como o único artifício

da manutenção do poder, que ainda depende do apoio popular (BAYART, 1999). Esse é o tipo de atitude dos governos pós-independência que está em perfeita continuidade com os antigos conflitos. No entanto, Bayart alerta, que essa espécie de criouliização (BAYART, 1999, p. 364) do fazer político não é uma alienação, mas cria alternativas ideológicas para o exercício político, propriamente africano.

Esses são exemplos de relações políticas que se estabelecem para que um ou outro grupo, partido ou pessoa se mantenha no poder. São possíveis explicações da corrupção e também dos conflitos étnicos que se manifestam como atores dessa Política do Ventre. Se no passado colonial a economia predatória dava o nome ao sentido da governança, Cristiane Messiant apresenta o Estado Predador (BAYART, 1999, p. 370) para explicar as relações sociais estabelecidas a partir do espaço da política na África contemporânea, mas especialmente em Angola.

As relações de solidariedade por parentesco encontradas no interior de cada partido, MPLA ou UNITA, apresentam conseqüências na dinâmica do Estado Nacional. Na carência de instituições oficiais, a instituição familiar fazia a ligação do Estado com a nação. Muitos dos parentescos passaram a canalizar o acesso a serviços de monopólio do Estado, servindo de mediação para acessar as facilidades fornecidas pelo Estado.

A nacionalização das empresas privadas no Zaire é um bom exemplo dessa política. O chefe de Estado Mobutu, em 1967, ao decidir retirar o poder econômico das mãos dos estrangeiros propôs que as empresas de estrangeiros tornassem empresas do povo congolês. Em uma reunião de portas fechadas, com a participação de seus ministros e de representantes do movimento popular, as empresas de estrangeiros foram divididas entre os 30 presentes na reunião (BAYART, 1999).

Esses fatos significam que a formação da burguesia nacional, passa pelas relações e dependências dos privilégios herdados do Estado. Muitas vezes os funcionários públicos tornam-se proprietários de empresas privadas não necessariamente no mesmo período, mas em momentos sequenciais, estabelecidos pelas gerações anteriores. É essa circunstância, que Jean François Médard denomina de Estado Patrimonialista (MEDARD, 1998, p.55-57). Os resultados podem ser vislumbrados com exemplos, a TV Zimbo, maior rede de comunicação privada de

Angola tem como maior acionista a filha do presidente Jose Eduardo dos Santos, Tchizé dos Santos.

Segundo José Murilo Carvalho, quanto mais a burguesia for heterogênea, maior a possibilidade de existência de um Estado democrático (CARVALHO, 1996. p.337-359). Voltando ao caso angolano, a burguesia aprisionada nas relações de parentesco, vinculadas pelas gerações anteriores a formação do estado nacional, constituiu uma burguesia bastante homogênea. Por exemplo, a família Vandúmem ocupa cargos e funções em vários setores sociais, o que reafirma certa falta de democracia, pouca diversidade de idéias e de perspectivas futuras, mesmo num Estado de eleições livres multipartidárias.

A relação pessoal que se estabelece entre o estado e a sociedade civil, normalmente, é vista como a causa principal da estagnação econômica, ou contrário, como prefere Bayart, a estagnação econômica é que fortalece essas relações. Ainda utilizando as palavras do autor, onde a regra é matar ou morrer, não há crescimento econômico nos padrões estipulados pelo Banco Mundial e FMI.

Mais uma vez a China ganha espaço. De 1990 para cá, os investimentos da China na África quadruplicaram. Hoje a China é o terceiro maior parceiro da África depois de França e EUA e o grande concorrente com o Brasil nesse quadro. A China estende sua influência de forma atrativa e sem os impedimentos e as complicadas exigências dos países desenvolvidos do Ocidente. Os benefícios, particularmente, os financeiros, não estão sujeitos a cancelamentos ou adiamentos em casos de suspeita de corrupção (NELSON, 2006).

A China pretende se transformar em Potência Econômica Global até 2020, e pelo menos dois dos conceitos usados nos últimos anos para essa transformação são a “ascensão pacífica” - *peaceful rise*, e a nova “diplomacia dos sorrisos” - *diplomacy of smiles* (NELSON, 2006). Aparentemente, em nenhuma das circunstâncias de assistência financeira ou de comércio bilateral, temas sobre disputas territoriais, marítimas ou questões sobre direitos humanos entraram nas discussões dos acordos.

## Perspectivas para o futuro África e o Brasil

Na disputa com a China, o Brasil está presente na África desde a década de 50. Em busca de parcerias e de campos de investimentos é nos anos 70 que a política do Coronel Geisel é direcionada de forma mais ostensiva a África. Essa aproximação teve seus motivos conjunturais. Uma redefinição das relações com os Estados Unidos era percebida, em termos econômicos, como estratégia para o país ganhar maior autonomia em sua própria formação de capitais. Em termos políticos, buscou-se projetar o Brasil como liderança do Terceiro Mundo, a partir da veiculação da imagem do país como primeira civilização industrial dos trópicos, com tecnologias apropriadas às realidades subdesenvolvidas, de índole pacifista, anti-imperialista e etnicamente multirracial.

O discurso multirracial já era conhecido dos africanos desde os anos 50, quando Salazar, percebendo os movimentos de libertação, aproveitou-se da teoria de Gilberto Freire, sobre o luso-tropicalismo para minimizar a má impressão que suas colônias construíam da governança portuguesa (PEREIRA, 1983). Esse viés da democracia racial, em conjunto com laços culturais do tempo da formação do Atlântico Sul será o grande trunfo utilizado pelo Brasil para a aproximação com a África, mas principalmente com os países de língua portuguesa.

Segundo José Flávio Sombra Saraiva, a aproximação do Brasil na década de 70 era constituída por duas motivações distintas: a primeira cultural, baseada numa “irmandade crioula” (SARAIVA, 1996), oriunda das trocas culturais do período do tráfico negreiro; representada por uma cultura residual irreduzível, segundo Manuela Carneiro da Cunha (CUNHA, 1985). A segunda, bastante pragmática, baseada nas possibilidades de investimento de capitais. Os primeiros países onde se procurou cooperação foram Angola e Nigéria por causa da produção de petróleo. A ideia dos Agudas GURAN, 1999), de uma representação ancestral brasileira em África; e, conseqüentemente, uma aproximação dos brasileiros com a África, via retorno e reencontros familiares, serviu de imagem do Brasil no continente, mas como área de investimento não passou de propaganda política e viagens diplomáticas.

A primeira grande demonstração dos interesses brasileiros em África foi o apoio do Brasil às independências das colônias portuguesas, rompendo com acordos luso-brasileiros tratados no Brasil Império, reafirmados em 1953. Em 1972 Gibson Barboza

(MRE), acompanhado por Alberto Costa e Silva foram, em Missões Comerciais, a África, assinaram vários acordos sem se posicionarem quanto a auto-determinação dos países africanos. A posição em cima do muro não passou despercebida, a Nigéria não assinou o acordo, exigindo que fosse incluída a cláusula de apoio às independências das colônias portuguesas. Mesmo durante o período militar, foi necessário que o país apoiasse os movimentos “comunistas” do MPLA e da Frelimo para conquistar o lugar de potência tropical. A participação de Azeredo da Silveira no reconhecimento da Guiné e de Ítalo Zappa no relatório em 1975 contra o Apartheid foi essencial para essa aproximação (SARAIVA, 1999. p.243). Os EUA nesse momento propuseram que o Brasil servisse de intermediário nas negociações entre Portugal e suas colônias africanas. Projeto que não seguiu a frente, por causa das relações diplomáticas conturbadas do Brasil com Portugal e com o próprio EUA.

A década de 70 é um marco histórico na evolução das relações Brasil-África, construídas sobre a base dos sistemas de poder no Atlântico Sul, desde o comércio Atlântico Português até o século XIX com as intervenções britânicas no oceano. Após a Pax-Britânica[ii] criou-se um “vazio de poder”, nas palavras de Eli Alves Penha, que as relações políticas internacionais nas últimas décadas do século XX procuram modificar (PENHA, 2011). Sobretudo entre os principais países: África do Sul, Argentina, Brasil e Nigéria, o desenvolvimento de políticas de potência regional, demonstrou formas de ocupação estratégica em relação direta com seus interesses políticos, militares e econômicos.

A criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZPCAS), em 1986, apresentou, naquele momento, uma perspectiva de cooperação entre os países do oriente e ocidente do Atlântico Sul, para proteção de proliferação de armas nucleares e da desmilitarização da área. Hoje, ela é vista por alguns autores, entre eles Eli Alves Penha, como opção alternativa à hegemonia dos países da OTAN, através da quebra da hierarquia norte-sul, fortalecendo as relações sul-sul, vias regras próprias e exploração dos recursos naturais nos subsolos marinhos (PENHA, 2011). Para outros autores como Fernando Mourão, o ZPCAS é importante para o fortalecimento de um comércio triangular, mantendo as regras atuais do comércio internacional (MOURÃO, 1997).

Apesar do ZPCAS ter como meta principal a defesa comum dos países membros, a pressão, principalmente, norte-americana para vigiar essa zona contra o

narcotráfico, segundo Armando Vidigal, é um dos motivos que esmorece as ações efetivas do grupo (VIDIGAL, 2011.p.4). Outros motivos da ZPCAS não estar fortalecida é a conjuntura política de dispersão de interesses nacionais por causa de projetos como o “global trader” de 2010, promovido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – Apex/Brasil) e a institucionalização de blocos sub-regionais, como Southern African Development Community - SADC, Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO e Comunidade Econômica dos Estados da África Central – CEEAC e blocos continentais como a Associação de Livre Comércio das Américas.

Na intensão de criar uma alternativa para o quadro dualista entre países desenvolvidos e países em vias de desenvolvimento, a bacia do Atlântico Sul poderia se efetivar através de quatro eixos principais: Argentina e Brasil, na margem oeste; e África do Sul e Angola, na margem leste, justamente os vértices da SADC e Mercosul. O Brasil é o maior interessado na efetivação dessa parceria, por despontar mundialmente no desenvolvimento tecnológico de exploração de águas profunda do subsolo, como o pré-sal e outros recursos naturais, cobre, ouro, diamante, carvão. Sua facilidade em operar no segmento de energia, nomeadamente nas áreas de exploração, produção, refino, comercialização e transporte no interior e no exterior lhe daria a primazia da exploração desses recursos. Além de incentivar a cooperação para o desenvolvimento de pesquisas na área com os países em vias de desenvolvimento.

Na XII Reunião de Ministros da Defesa Nacional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em novembro de 2010, o Ministro de Estado da Defesa da República Federativa do Brasil Nelson Jobim realçou a importância dos países de língua portuguesa africanos pleitear a extensão de suas plataformas marinhas até o limite de 350 milhas náuticas, de modo a permitir a soberania sobre esse imenso potencial de riquezas ( INFOREL, 2010). Em razão da similaridade geológica verificada entre as costas Atlânticas, o Brasil seria o principal país em parceira com os países da costa africana. O Ministro da Defesa concorda em parte com Eli Alves Penha, ao demonstrar preocupação com a delimitação da extensão da área no Atlântico Sul, para evitar o risco de Estados alheios obterem direitos de exploração comercial do enorme potencial de recursos situados nessa zona.

É importante notar que há perfeita convergência das propostas de exploração de recursos naturais e investimentos capitalistas com o discurso culturalista da CPLP. Um levantamento das pautas no campo das trocas comerciais nos últimos decênios entre o Brasil e os seis países da PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Portugal, Moçambique e São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial – por opção), mostra que as possibilidades de expansão do comércio são limitadas. Contudo, as relações econômicas entre Angola e o Brasil escapam a esta afirmação, em decorrência do petróleo e da construção civil. Moçambique também é atingido pelo aprofundamento das relações econômicas; nos últimos anos, recebeu a empresa Vale do Rio Doce no norte do país para explorar carvão.

Impulsionada pelo Embaixador José Aparecido de Oliveira, como lugar do patrimônio comum da língua portuguesa, a CPLP veio consolidar em 1996 a perspectiva já defendida por Yeda de Castro na década de 80, de que as influências e modificações sofridas pelo português em contato principalmente com as línguas de origens banto na África e dos africanos no Brasil criou uma língua em comum, diferente do português de Portugal. Aprovada em 2009, as novas regras para a ortografia portuguesa permitem, através de um vocabulário de 300-400 mil palavras, o acesso do alfabetizado da CPLP à sociedade industrial que atenda a perspectiva das relações comerciais entre os países.

O português é hoje a sétima língua mais falada do mundo, enquanto o francês ocupa a oitava posição e a terceira língua mais falada no Ocidente. No entanto, a francofonia tem mais visibilidade que a lusofonia, afinal a Alliance Française difunde a idéia de uma comunidade de língua francesa no mundo desde fins do XIX. Fernando Mourão, fugindo dos ideais franceses, é a favor de uma inspiração britânica no formato de reuniões e delimitações de objetivos para a CPLP como na Commonwealth. A Commonwealth congrega 51 países em vários continentes, ex-colônias britânicas com exceção de Moçambique e Rwanda e apresenta um quadro de cooperação no campo da língua e cultura, mas também da economia e da política.

Nesse caminho, pode-se apontar uma cooperação técnica incipiente, mas bastante forte, que vem expandindo nos últimos cinco anos a fim de estudar a possibilidade de criação de órgãos de pesquisa similares ao CNPq em países africanos. Além dos projetos educacionais nos países africanos e o incentivo a intercâmbio entre estudantes brasileiros e africanos, a criação da Universidade Federal da Integração

Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), com sede em Redenção, no Ceará, em 2009/2010 é de grande valor para a aproximação das relações culturais e econômicas entre os países da CPLP. A perspectiva da CPLP se afirmar, através da cooperação técnica para o desenvolvimento, abre um campo de pesquisa sobre a influência africana no campo das técnicas agrícolas e mineralógicas no Brasil e na África, além de uma discussão sobre cidadania dupla ou plural.

Nesse sentido, a CPLP, junto com a ZPCAS surge como um espaço de inter-relacionamento de vários espaços regionais, podendo proporcionar novos nichos de oportunidades complementares e alternativos às tradicionais relações Norte-Sul, através de uma dinamização de ações horizontais entre espaços regionais. Sob esta ótica, os problemas mais objetivos como narcotráfico, migrações, degradação ambiental e pesca predatória, seriam tratados de forma mais transparente e coordenados. Outros temas vinculados à problemática do desenvolvimento como a questão da dívida externa, transferência de tecnologia e de capitais do Norte para o Sul, por serem problemas comuns a todos os países do Sul, a sua solução depende de uma articulação mais ampla de Estados no sentido de exercer meios de pressão mais eficazes junto aos organismos multilaterais (ONU, FMI, OMC, fóruns ambientalistas, entre outros).

Em fim, a cooperação Brasil-África para exploração dos recursos naturais e formação do bloco político e econômico no Atlântico Sul é um dos focos principais das políticas externas do Brasil em termos de cooperação, sem querer menosprezar as cooperações existentes a nível cultural, educacional e militar.

## **Bibliografia**

ARRIGUI, Giovanni. *La crise africana. Aspectos derivados Del sistema-mundo y aspectos regionales*, 2007. Disponível em: [www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/897.pdf](http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/897.pdf). Acessado em: 20/07/2010.

AUGEL, Moema Parente. *O Desafio do Escambo. Nação, Identidades e Pós-Colonialismo na Literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BAYART, Jean François. *El pasado em África*. Biblioteca de Estudos Africanos. Barcelona: Ed. Bella Terra, 1999.

BANDEIRA, Miguel e DOMINGOS, Nuno. *O grêmio da civilização: do indígena ao imigrante*. Disponível em: [http://pt.mondediplo.com/spip.php?page=article-print&;id\\_article=406](http://pt.mondediplo.com/spip.php?page=article-print&;id_article=406). Acessado em: 27/07/2010.

BARRY, Boubacar. *História e percepção das Fronteiras na África nos séculos XIX e XX: os problemas da integração africana*. In: **Senegâmbia: o desafio da história regional**. Rio de Janeiro: SEPHIS/UCAM, 2000. Disponível: <http://www.casadasafricas.org.br/>. Acessado em: 28/05/2010.

BENOT, Yves. *As ideologias políticas africanas*. Lisboa: Ed. Sá da Costa, 1980.

BITTENCOURT, Marcelo. *A história contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas*. In: **Construindo o passado de Angola. Atas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola (1997)**. Luanda: Comissão Nacional para comemoração dos descobrimentos portugueses, 2000.

BOYON, Jacques. *Une ideologie africaine: Le Nkrumaisme*. In: **Revue française de science politique**, 13e année, n.1, 1963.

CAHEN, Michel. *L'état ne crée pas la nation: la nationalisation du monde*. In : OTAYEK, René (org.). *Afrique : les identités contre la démocratie ? Cahiers des sciences humaines* Nouvelle série n.10. Ed. Del1Aube. IRD, 1999.

CARVALHO, Virgílio. *O regresso da África à Cena Mundial*. In: **Revista África**, 12, VII ano. Porto: 1993.

COOPER, Frederick. *Possibility and Constraint: African Independence in Historical Perspective*. In: **Journal of African History**, 49. Londres: Cambridge University Press, 2008. pp. 167-96.

GAZIBO, Mamaudou, THIRIOT, Céline. *Le Politique en Afrique. État des débats et pistes de recherches*. Paris: Éditions Karthala: 2009.

GRAÇA, Pedro Borges. *A Construção da Nação em África*. Almedina (Ambivalência Cultural de Moçambique). Coimbra: Almedina, 2005.

HODGES, Tony. Angola. *Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*. Cascais: Principia, 2003.

INFOREL, 2010. Disponível em: [http://www.inforel.org/noticias/noticia.php?not\\_id=4480&;tipo=2](http://www.inforel.org/noticias/noticia.php?not_id=4480&;tipo=2). Acesso em 22 de novembro de 2010.

KONARÉ, Adame Ba (dir.) *Petit Précis de remise à niveau sur l'histoire africaine à l'usage du Président Sarkozy*. Paris: La Decouverte, 2008.

LAGERKVIST, Johan. *Chinese eyes on Africa: Authoritarian flexibility versus democratic governance*. In: **Journal of Contemporary African Studies**. Londres: Publisher Routledge, nov. 2010. Disponível em: <http://www.informaworld.com/smpp/title~content=t713429127>

MESSIANT, Christine. *L'Angola postcolonial*. Vols. 1 e 2. Paris: Karthala, 2008.

MOURÃO, Fernando Augusto de Albuquerque. *A comunidade de países de língua portuguesa: A base lingüística e material*, 1997. Disponível em [http://www.casadasafricas.org.br/banco\\_de\\_textos/01&;id\\_texto=178](http://www.casadasafricas.org.br/banco_de_textos/01&;id_texto=178)

NICOLAU, Victor Hugo. “Cultura ‘Tradicional’ e Processo de Democratização em África”. In: **Travessias**, Rio de Janeiro, (1/99): 169-181, set de 2000.

NYONG’O, Peter Anyanga. *Estado y sociedad em el África Actual*. México: Centro de Estudos de Ásia y África. El Colégios de México, 1989.

M’BOKOLO, Elikia. *L’Afrique et le XXe siècle : depossession, renaissance, incertitudes*. In: **Politique étrangère**, 3-4/2000.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. *Liberal peacebuilding in Angola*. In: **Journal of Mordern African Studies**, 49, 2. Cambrigde University press, 2011.

PADOVANI, Fernando. *Macroeconomia de aldea: la economia neoliberal globalizada en el cotidiano africano*. In: **Centro de Estudios Internacionales para el Desarrollo Documentos Económicos**, nº 3, Buenos Aires, diciembre de 2000. Disponível em: [http://www.ceid.edu.ar/serie/2010/ceid\\_serie\\_dt\\_03\\_fernando\\_padovani\\_africa\\_macroeconomia\\_de\\_aldea.pdf](http://www.ceid.edu.ar/serie/2010/ceid_serie_dt_03_fernando_padovani_africa_macroeconomia_de_aldea.pdf)

PENHA, Eli Alves (org.). **Relações Brasil-África. Geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: Ed.UFBA, 2011.

PERREIRA, José Maria Nunes. *Mario de Andrade e o lusotropicalismo*. In: **Annais do ALADAA**, 1983. Disponível em: [www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/livros/aladaa/nunes](http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/livros/aladaa/nunes)

RIBEIRO, Fernando Rosa. *A construção da nação Pós-colonial: África do Sul e Suriname, 1933-1948*. Disponível em : [www.casadasafricas.org.br](http://www.casadasafricas.org.br)

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África. A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 aos nossos dias)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. *Um momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da Independência aos desdobramentos atuais*. In: PANTOJA, Selma (org). **Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

SECK, Assane. *Senegal: émergence d'une démocratie moderne 1945-2005*. Paris: Karthala, 2005.

ZIEGLER, Jean. *O poder Africano*. São Paulo: Difusão Européia, 1972.

WHELLER, Douglas. *Uma Breve história de angola entre 1971-2008*. In: WHELLER, Douglas e PELISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Tinta da China, 2009.

## Notas

[i] Doutora pela PUC-Rio em História Social da Cultura e Professora de História da África na UFF-PUCG.

[ii] Período de hegemonia britânica no comércio mundial de fins do século XVIII até início do XX.